

Então, por todas essas razões, eu quero aqui deixar, como cidadão paulista, como deputado estadual, o meu pleito de saudade por termos tido um governador como Paulo Egydio.

Amigo de todo mundo, bonachão, rodava o interior, adorava; tinha uma conversa afável. Deputada Janaina, eu tive uma sorte fantástica: naquele tempo era Arena e MDB. O embate era grande. Nós éramos 99 prefeitos do MDB e eram 545 no total.

Então, a maioria da Arena era esmagadora. Para a festa de despedida de Paulo Egydio do Palácio dos Bandeirantes designaram um prefeito para falar. E obviamente, até pela proporção do número de prefeitos da Arena, era um prefeito da Arena.

E chamou o Cerimonial e disse: “Não, tem dois partidos aqui em São Paulo, eu quero que fale um pela Arena, um prefeito pela Arena e um prefeito pelo MDB”. Eu tive então a oportunidade de extravasar toda a nossa gratidão.

Sabe quem era o líder do governo nesta Casa, deputada Janaina? Alberto Goldman, de esquerda, do Partido Comunista Brasileiro. Nunca teve um atrito por causa pequena com o governador Paulo Egydio; ambos se respeitavam, era um ambiente maravilhoso. Praticava-se democracia no estado de São Paulo com Paulo Egydio Martins à frente do governo.

A dona Lila, aos filhos do Paulo Egydio os meus mais sinceros sentimentos, como paulista, com muito orgulho e muita saudade. Se não foi o maior, foi, sem dúvida alguma, um dos maiores governadores do estado de São Paulo.

Paulo Egydio Martins, aí de cima nos ajude com o seu exemplo, acima de tudo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Só dando ciência a V. Exa. que no dia do falecimento do governador, nós fizemos menção da figura dele neste plenário, nesta Casa. Próximo deputado, deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, é inacreditável que no auge da pandemia, com números de mortes no auge no estado de São Paulo e no Brasil, com as novas cepas do coronavírus já invadindo o estado de São Paulo, a cepa de Manaus, as cepas nativas e também do Reino Unido o governo insista na abertura criminosa das escolas, da volta às aulas presenciais, tanto o governo estadual, o governo Doria, como também o governo municipal, o Bruno Covas.

Não é à toa que as duas redes foram reabertas, mas demonstrando um verdadeiro fracasso nesse processo de volta às aulas presenciais. Primeiro porque os alunos não estão indo; segundo porque foi decretada a greve sanitária, as greves sanitárias, tanto pela rede estadual como também pela rede municipal. Os professores estão em greve pela vida, porque escola fechada significa vida preservada.

É isso, e o governo insistindo nisso, e olhe o que está acontecendo no nosso Estado: já três hospitais infantis, do SUS, do Sistema Único de Saúde, estão soltando os números, dizendo que aumentou de uma forma significativa as internações de crianças por coronavírus, por Covid-19, Sr. Presidente.

Nós temos cidades fechando no estado de São Paulo, fechando suas portas. Araraquara está em lockdown, porque lá foi detectada uma variante do vírus de Manaus, e me parece que um é do Reino Unido também. Então, o prefeito de lá, o Edinho Silva, fechou as portas da cidade, praticamente, porque não é possível.

E não só lá, mas também eu estou aqui em contato com algumas cidades da região do Alto Vale do Ribeira. Apiai também publicou um decreto agora, voltou à fase vermelha, fechando escolas, comércio, está tudo fechado, porque a situação lá é grave.

A cidade de Ribeirão Branco também vive a mesma situação. Estive em contato com pessoas de lá, a cidade também foi fechada, estado de calamidade. A cidade de Guapiara também, Sr. Presidente. Lá tem toque de recolher na cidade de Guapiara.

E é nesse cenário que o governo insiste nessa abertura de escolas, na volta às aulas presenciais. Essa é uma orientação criminosa, genocida do governo Doria e do governo Bruno Covas. Eu tenho ido às escolas das duas redes, da rede estadual e da rede municipal, aqui em São Paulo.

A situação é grave, Sr. Presidente, porque nós temos os fatores externos, que são esses que eu tenho denunciado aqui, que impedem a volta às aulas: que é o auge da pandemia, o número de mortes. O estado de São Paulo já tem mais de 55 mil pessoas mortas. A cidade de São Paulo já tem mais de 25 mil pessoas mortas por conta do coronavírus.

A cada seis minutos uma pessoa morre de coronavírus no estado de São Paulo. Há uma média de 250 pessoas morrendo todos os dias no Estado. O cenário é o pior possível, e uma média nacional de mais de mil pessoas, 1.100 pessoas, é a média, hoje, de pessoas mortas por conta da pandemia do coronavírus. E é nesse cenário que os governos determinam a volta às aulas presenciais, para atenderem interesses econômicos, interesses das escolas particulares.

O fato é que está aumentando a contaminação nas nossas escolas. Depois da volta às aulas, já há o aumento de contaminação de crianças e adolescentes, como falei agora, em relação aos três hospitais infantis, que já estão fazendo esse anúncio.

Temos várias pessoas contaminadas no ambiente escolar, em várias escolas da rede estadual, da rede municipal e da rede particular. Não é à toa que escolas estão suspendendo as aulas. As escolas particulares, que têm mais autonomia, imediatamente suspendem as aulas em caso de contaminação.

Várias escolas, ou elas suspendem parcialmente ou totalmente as suas aulas - Colégio São Luís, Colégio Santa Cruz, Colégio Móbil, Colégio Imaculada Conceição -, de uma forma responsável. Voltaram e, quando perceberam a contaminação, tiveram que recuar.

Agora, a rede estadual não recua. A rede estadual mantém as escolas abertas de uma forma criminosa, mesmo com pessoas contaminadas. Eles afastam a pessoa contaminada, seja o professor, o agente de organização, um gestor, uma gestora, o aluno, mas a escola continua funcionando.

Essa pessoa que estava contaminada teve relações com outras pessoas, conversou, esteve próxima, mas não há rastreamento, não há nada. É uma desorganização, é um improviso total, Sr. Presidente.

Então, é por isso que somos totalmente contra a volta às aulas presenciais neste momento. Sem vacinação dos profissionais da Educação é impossível ter volta às aulas. Sem a baixa do contágio na sociedade é impossível. Não dá. Isso é um genocídio da Educação.

É isso que estamos assistindo hoje no Estado de São Paulo e na cidade também, porque o governo Bruno Covas deu a mesma orientação. As duas secretarias de Educação estão praticando uma necropolítica da Educação, um genocídio, um extermínio. Querem exterminar os nossos profissionais da Educação e não vamos permitir.

Por isso, já acionamos o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Estamos apoiando, eu tenho ido praticamente todos os dias às escolas da rede estadual e da rede municipal, apoiando o movimento, conversando com os profissionais da Educação, com os pais de alunos que não estão enviando seus filhos para as escolas, porque estão com medo. Eles não têm confiança e eles sabem qual é o funcionamento das escolas.

Apesar do ótimo trabalho dos profissionais da Educação, do desempenho, da dedicação, não é possível manter e praticar os protocolos estabelecidos pelos governos. Todos sabem disso. As escolas não têm estrutura. É por isso que a comunidade, a sociedade está com medo de enviar os seus filhos para as escolas.

E os professores decretaram a greve pela vida, a greve sanitária, que nós apoiamos imensamente. Nenhuma escola aberta neste momento. Sem vacinação, temos que fechar as escolas. Não podemos ter nenhum profissional da Educação nas escolas. Nem professor, nem agente de organização, nem quadro de apoio escolar, nem gestor, nem direção. Nada, ninguém, porque é colocar em risco a vida dessas pessoas.

Então, é por isso que estamos apoiando a greve sanitária, a greve em defesa da vida. É disso que se trata essa paralização. É a greve contra a barbárie, contra o negacionismo, contra o terraplanismo e contra a morte. Ela tem que ter o apoio de toda a sociedade, porque não dá para culpar a escola pela crise.

Dizem: “Ah, mas o aluno precisa voltar, pois ele está com sua saúde mental abalada.” Mas não é por isso. É porque está... A sociedade, a pandemia e porque não existe uma rede de proteção social também para as crianças e adolescentes. Não dá para jogar toda a responsabilidade da crise para as crianças, Sr. Presidente.

Então, diante disso, é importante entender que uma escola fechada significa vidas preservadas. Escola aberta significa morte, significa medo, significa doença neste momento. Então, temos que lutar e a sociedade inteira tem que entender isso.

Repito: já entramos com uma ação popular. O vereador Celso Giannazi e eu estamos esperando o julgamento do Tribunal de Justiça. Acionamos já o Geduc com informações e estamos indo às escolas para filmar, fotografar e fazer relatórios sobre as péssimas condições de funcionamento por conta da falta de investimentos governamentais.

E, sobretudo, vamos continuar essa luta de apoio aos profissionais da Educação, em defesa da Educação Pública, mas, sobretudo, neste momento, a nossa luta é em defesa da vida. É por isso que a greve é uma greve em defesa da vida, uma greve contra a morte, contra a barbárie e contra o negacionismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência adita à Ordem do Dia os seguintes projetos de lei vetados: PL nº 809, de 2019; PL nº 1.178, de 2019; PL nº 311, de 2020.

Havendo acordo de líderes, antes de dar por levantados os trabalhos, convoco V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje e os aditamentos anunciados.

Obrigado a todos. Está levantada a sessão. * * * - Levanta-se a sessão às 15 horas e 37 minutos. * * *

17 DE FEVEREIRO DE 2021 12ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, GIL DINIZ e TENENTE NASCIMENTO RESUMO PEQUENO EXPEDIENTE 1 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência e abre a sessão. 2 - RICARDO MELLÃO

Agradece pelo apoio ao projeto que visa à revogação do art. 22 da Lei 17.293/20, que permite o aumento da alíquota de ICMS sem discussão prévia nesta Casa. Clama aos pares a aprovação do texto. Crítica o PL 529/20. Discorre sobre os efeitos da pandemia na economia.

3 - DR. JORGE LULA DO CARMO Comenta a história de Cidade Tiradentes. Tece considerações sobre a falta de serviços públicos no bairro. Exibe vídeo de reportagens sobre a estrutura do distrito. Defende a criação de cartório de registro de pessoas na região. Pede o apoio da população e dos pares para a aprovação da matéria.

4 - CASTELLO BRANCO Comenta a manifestação dos produtores rurais contra o governador João Doria, e o aumento dos impostos, no dia de hoje. Apresenta slides sobre as consequências das medidas do governo estadual. Crítica a aprovação do PL 529/20. Pede para que o governador reveja o art. 22 da Lei 17.293/20.

5 - CARLOS GIANNAZI Repudia fala do secretário estadual da Educação, em que justifica a contaminação de professores por coronavírus, após carona. Considera a reabertura das escolas inviável neste momento. Crítica orientações da Secretaria de Educação para permanência de professores nas escolas em municípios que estão na fase vermelha. Defende a continuidade do trabalho remoto. Lista cidades com toque de recolher após aumento de casos.

6 - JANAINA PASCHOAL Comenta a publicação de consulta pública pela Anvisa, a respeito da Resolução 23/11, que autoriza o uso de embriões excedentes em processos de reprodução para estudos e pesquisas. Afirma que a minuta não é clara quanto à proibição de remuneração em troca do material, por exemplo. Considera a temática complexa para consulta pública. Pede para que a comunidade científica responda a publicação da Anvisa.

7 - GIL DINIZ Assume a Presidência. 8 - CORONEL TELHADA Discorre sobre manifestação contra o aumento de ICMS, no dia de hoje. Parabeniza o deputado Ricardo Mellão pelo projeto para revogação do art. 22 da Lei 17.293/20. Comenta apreensão de 300 quilos de maconha, em operação policial. Informa os resultados da campanha de arrecadação de doações da Academia Barro Branco, em 2020. Repudia a prisão do deputado federal Daniel Silveira, após publicação de vídeos defendendo o AI-5 e pedindo a exoneração de ministros do STF. Aborda denúncias sobre a estrutura da Escola Municipal Dilermando Dias dos Santos. Crítica o fechamento das alas pediátricas em hospitais estaduais. Lembra sua candidatura à Presidência desta Casa.

9 - LETICIA AGUIAR Exalta o agronegócio brasileiro. Discorre sobre a importância do setor no estado e no País. Comenta a manifestação contra o aumento de ICMS, hoje. Lista setores impactados pelo aumento. Pede a revogação do art. 22 da Lei 17.293/20. Lembra voto contrário ao PL 529/20.

10 - PAULO LULA FIORILO Comenta o enfrentamento da pandemia no interior paulista. Discorre sobre a aprovação de ofício, na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, para liberação imediata das emendas impositivas da Saúde. Presta solidariedade às cidades que estão com dificuldades no combate à pandemia.

11 - TENENTE NASCIMENTO Assume a Presidência. 12 - GIL DINIZ

Crítica a prisão do deputado federal Daniel Silveira após publicação de vídeo exaltando o AI-5 e pedindo a exoneração de ministros do STF. Considera a decisão arbitrária e inconstitucional. Defende a liberdade de expressão parlamentar. Considera a ação perseguição aos conservadores. Cita a deputada federal Flordelis, acusada de ser mandante do assassinato do marido, e que continua no exercício do mandato.

GRANDE EXPEDIENTE 13 - CARLOS GIANNAZI Para comunicação, combate pronunciamento do deputado Gil Diniz a respeito da prisão do deputado federal Daniel Silveira. Afirma que Daniel Silveira teria um extenso histórico de infrações.

14 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Pelo art. 82, presta solidariedade aos funcionários terceirizados desta Casa. Reprova o deputado Gil Diniz por não cumprir os protocolos de segurança durante sua fala. Relata as dificuldades em manter os protocolos de higienização nas escolas públicas do estado. Menciona casos de contaminação. Afirma ter presenciado diversas infrações dos protocolos de segurança contra a Covid-19 em visita a uma escola estadual. Reprova o retorno às aulas presenciais. Menciona formulário para obter dados sobre as condições sanitárias das escolas.

15 - CASTELLO BRANCO Exibe imagens de manifestação de agricultores contra ajustes tributários impostos pelo governo estadual. Afirma que esses ajustes afetam negativamente os pequenos produtores rurais. Solicita o apoio da população para a eleição do novo presidente desta Casa. Defende a reabertura das escolas.

16 - CAIO FRANÇA Lamenta os ajustes de ICMS em diversos setores. Lastima aprovação do PL 529/20, por esta Casa. Destaca ajustes tributários sobre insumos da área da Saúde. Tece críticas ao governador João Doria. Afirma que os ajustes tributários sobre a revenda de carros usados são extremamente prejudiciais. Parabeniza os deputados desta Casa que assinaram projeto que visa revogar o artigo 22 da Lei 17.293/20. Solicita que o presidente desta Casa coloque o projeto citado em pauta.

17 - CARLOS GIANNAZI Crítica o PL 529/20 em sua integralidade. Solicita o apoio dos deputados para a aprovação do PDL 22/20. Afirma que alguns deputados estariam tentando sabotar a votação da matéria. Presta apoio à greve dos professores estaduais. Comenta aumento nos casos de contaminação após a volta às aulas presenciais. Menciona lockdown na cidade de Araraquara. Destaca a gravidade da Covid-19. Exibe imagens da Escola Estadual Professor Arthur Wolff Netto. Afirma que a mesma não possui condições para o retorno às aulas presenciais. Reprova medida que prevê visita às escolas e outras instituições apenas com agendamento prévio. Alega que diversas escolas teriam suspenso as aulas presenciais ao apresentar casos de contaminação. Repudia fala do secretário da Educação, Rossieli Soares, a respeito da contaminação de professores.

18 - GIL DINIZ Reprova prisão do deputado federal Daniel Silveira. Discorre sobre a história de Carlos Marighella e Carlos Lamarca. Crítica saudações feitas por deputados desta Casa a Carlos Lamarca, que foi integrante da Ação Libertadora Nacional. Relata assassinato do Tenente Alberto Mendes Júnior, por Carlos Lamarca. Menciona manifestação realizada hoje, que visa a revogação do artigo 22 da Lei 17.293/20. Condena ajustes tributários, em diversas áreas, impostos pelo governo estadual. Crítica deputados que votaram favoravelmente ao projeto citado.

19 - VALERIA BOLSONARO Discorre sobre manifestação de ruralistas realizada hoje, em frente a esta Casa. Comenta sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da área de eventos, por conta das medidas restritivas adotadas pelo governo estadual. Pede que seja pautado o pedido de impeachment do governador João Doria. Menciona visita à cidade de Bauru. Parabeniza o prefeito de Mirandópolis, Everton Sodario, e a prefeita Suellen Rosim, de Bauru. Defende o retorno às aulas presenciais (aparteada pelo deputado Gil Diniz).

20 - TENENTE NASCIMENTO Pelo art. 82, exibe vídeo sobre a aprovação de projeto de lei, de sua autoria, em plenário. Informa que o projeto visa inserir a religiosidade no tratamento das pessoas com dependência química. Esclarece que as clínicas médicas necessitam também de apoio espiritual para seus pacientes. Apela ao governador para que sancione este projeto de lei. Ressalta que as entidades religiosas já fazem este trabalho voluntário, mas que o gasto é muito alto. Lamenta que mais de 50% dos pacientes não terminam o tratamento. Afirma que, ao inserir a religiosidade no tratamento, aumentamos este número em 30 por cento.

21 - CARLOS GIANNAZI Pelo art. 82, repudia o pronunciamento da deputada Valeria Bolsonaro. Lamenta o seu discurso contra os professores. Considera o mesmo chocante e inacreditável. Afirma que hoje todo o Magistério é contra a volta às aulas presenciais. Responde o pronunciamento do deputado Gil Diniz sobre Lamarca e Marighella, que considera como heróis da democracia brasileira. Discorre sobre a atuação dos mesmos durante a ditadura. Ressalta que Lamarca ficou ao lado dos brasileiros, ao invés da tortura e que Marighella combateu o Estado Novo de Getúlio Vargas.

22 - TENENTE NASCIMENTO Assume a Presidência.

23 - GIL DINIZ Para comunicação, responde o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi sobre Lamarca e Marighella. Afirma que estas pessoas não queriam a democracia, mas sim a ditadura do proletariado. Considera os mesmos como assassinos brutais. Lembra o oficial das Forças Públicas do Estado de São Paulo Alberto Mendes Júnior, que diz ter sido assassinado pelos revolucionários defendidos pelo deputado Carlos Giannazi.

24 - CARLOS GIANNAZI Para comunicação, lembra que o deputado Gil Diniz não manifestou apoio à Vladimir Herzog, torturado e morto durante a ditadura, assim como outras milhares de pessoas. Considera o ponto de vista do deputado distorcido em relação à Lamarca e Marighella. Pede que o deputado assista ao filme "Lamarca, o capitão da guerrilha", para conhecer a sua importância na luta contra a ditadura militar. Esclarece que ambos defendiam governos de trabalhadores e proletariado. Diz preferir esta ditadura à que temos hoje, do capital, de grandes bancários e da mídia empresarial.

25 - CARLOS GIANNAZI Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

26 - PRESIDENTE TENENTE NASCIMENTO Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * * - Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada. * * * - Passa-se ao PEQUENO EXPEDIENTE * * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Aberta a sessão. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior, e recebe o Expediente. Hoje, dia 17 de fevereiro de 2021, uma quarta-feira de Cinzas que não é de cinzas, iniciamos o Pequeno Expediente. Não teve Carnaval, então não é quarta de Cinzas, não é verdade? Temos os seguintes oradores inscritos: primeiro deputado é o deputado autor do PL hoje contra o Art. 22, nosso querido deputado Ricardo Mellão. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assessores, Polícia Militar aqui presente, gostaria hoje, primeiro, de agradecer a cada um dos deputados e a cada uma das pessoas que vieram hoje apoiar o protocolo do nosso Projeto que lei, que é um projeto meu e de mais 25 deputados. Estamos na expectativa de mais uma assinatura aí.

Eu queria destacar o caráter, primeiro, pluripartidário desse projeto. Já temos aqui 13 partidos representados. Deputados de 13 partidos que assinaram como autores desse Projeto de lei, que visa justamente revogar o Art. 22 da Lei nº 17.293, que é justamente aquele artigo que permitiu ao governador de São Paulo poder aumentar alíquotas de ICMS de itens de serviços que estão abaixo de 18%, por decreto.

Ou seja, ele ganhou uma autorização, um cheque em branco, para poder aumentar essas alíquotas por decreto, sem serem discutidas nesta Casa.

Então, eu queria agradecer a todos esses deputados, ao deputado Sergio Victor, ao Daniel José, Caio França, Arthur do Val, Frederico d’Ávila, Janaina Paschoal, Leticia Aguiar, Major Mecca, o Castello Branco, aqui presente, Valeria Bolsonaro, Tenente Nascimento, Agente Federal Danilo Balas, o Delegado Bruno Lima.

O Coronel Telhada, que hoje preside esta sessão – aliás, é o presidente oficial dos Pequenos Expedientes, o Coronel Telhada, há muito tempo aí, grande deputado – Conte Lopes, o Douglas Garcia – desejo melhores, fez uma cirurgia –, Sargento Neri, deputado Campos Machado, deputada Delegada Graciela, deputado Gil Diniz, deputado Marcio Nakashima, deputada Edna Macedo, deputada Leci Brandão e deputada Marina Helou.

Como eu disse, é um projeto pluripartidário. São todos contra a autorização, o cheque em branco, que foi dado para o governador aumentar alíquotas de ICMS por decreto. Como ele fez, já falamos aqui, alertamos, durante a votação desse projeto, no ano passado, eu e muitos que estão aqui; infelizmente, ele acabou aprovado.

E depois viu-se o que houve: vários decretos, sucessivos decretos, aumentando alíquota de ICMS em produtos básicos e essenciais, impactante em diversos setores e, o pior de tudo, na população, naqueles que mais precisam, porque aumentou a alíquota de alimentos básicos, essenciais, por exemplo, que estão na mesa dos paulistas e brasileiros.

Nós falamos aí da carne, nós falamos aí do ovo, do leite, diversos produtos básicos, essenciais, produtos que se encontram na cesta básica. Isso para não falar também do setor da Saúde: vários produtos e insumos que são adquiridos por hospitais privados, hospitais filantrópicos.

Por mais que depois ele tenha dito que não ia cobrar, colocado ali, “não, não vou cobrar dos insumos que vão para hospitais públicos”, e os filantrópicos? As Santas Casas, que prestam serviços, que atendem o SUS? Acabam taxadas, porque quando compram esses produtos, compram com ICMS mais caro.

Ou seja, está prejudicando a população como um todo. Aquilo que é mais essencial, alimento, saúde, isso para não falar de diversos outros setores importantes.

Hoje tivemos a participação também do pessoal das concessionárias de veículos: tiveram um aumento abusivo.

Vai quebrar. Toda cidade aqui do estado de São Paulo tem lá sua concessionária, aqueles que fazem o trabalho honesto e correto estão sendo prejudicados. Vamos quebrar a economia? Já não basta uma pandemia, que atingiu todos nós?

Todos estão sofrendo com isso, perderam emprego, perderam renda, quem tinha empresa quebrou, não tem caixa para manter, ali, os funcionários, e você ainda vai pagar essa conta, a conta de um estado caro, a conta de um estado que não teve a coragem de fazer as reformas e o enxugamento necessário vão pagar a conta com esse aumento de alíquota de ICMS.

E a gente sabe que o maior rendimento do governo do estado é arrecadação de ICMS. Então, em uma canetada, ele resolve o problema taxando aqueles que foram os mais prejudicados.

Então, eu queria dizer que nós vamos lutar. Peço o apoio de todos vocês, todos aqueles que assinaram. Todos os deputados que quiserem assinar depois o projeto, a ideia é: não existe um protagonista, existem vários.

Aliás, existe um protagonista, é o povo paulista. Vamos tirar esse cheque, vamos rasgar esse cheque em branco. Todos os que quiserem assinar estão convidados.

Todos os que quiserem participar, pressionar, para que seja pautado e votado nesta Casa, e devolver a esta Casa e ao povo de São Paulo o poder que eles merecem, que é o poder de, cada vez que um governante quiser aumentar o custo do estado para o cidadão, tem que ser discutido e debatido nesta Casa, com os legítimos representantes da população de São Paulo, que são os deputados estaduais, como é feito em todos os estados e em todos os países.

Muito obrigado a todos. O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público da TV Alesp, policiais presentes que nos assessoram aqui cotidianamente, a assessoria técnica.

Venho a esta tribuna para falar com muita honra e com muito orgulho do bairro onde eu moro, Cidade Tiradentes, lá no extremo da zona leste, onde eu moro há 33 anos. Hoje eu quero falar direto para a população, para os aproximadamente 280 mil habitantes de um bairro-dormitório, que é a Cidade Tiradentes.

É um bairro que cresceu de forma desordenada, iniciou-se por meio de conjuntos habitacionais que eu costumo chamar muitas vezes de “depósito de pessoas”, porque a infraestrutura e as condições de habitabilidade não foram levadas e até hoje não chegaram nas condições que a população da Cidade Tiradentes merece.

A Cidade Tiradentes, Sr. Presidente, é um bairro que carece e precisa de muita infraestrutura e de muitas condições do tipo serviços. Serviço público, UBS, tem apenas 15 UBS, tem um hospital, Educação pública, tem 2 CEUs e 44 unidades educacionais, comércio relativamente estruturado, tem um centro de formação cultural.

A Cidade Tiradentes, onde eu moro, tem um Corpo de Bombeiros, tem uma delegacia de Polícia, tem uma base da Polícia Militar, tem também um cartório eleitoral. Mas não tem um cartório de registro de pessoas naturais e de notas.

Por isso eu queria pedir para a nossa assessoria técnica aqui colocar um pouco do histórico da Cidade Tiradentes, e falar da importância de a gente fortalecer cada vez mais esse bairro.

* * * - É exibido vídeo. * * *

Pois bem, Sr. Presidente, como percebe-se, a Cidade Tiradentes precisa de investimento, precisa de infraestrutura, precisa de serviço, precisa de um olhar clínico para melhorar a vida daquela população. Maior do que muitas cidades do interior em nosso estado, especialmente, e do Brasil, também. E nós precisamos investir.

É por isso que eu quero conclar a população da Cidade Tiradentes para nós criarmos um cartório de registro de pessoas naturais e notas, porque aquela população precisa.

Quem mora na Cidade Tiradentes e quem nasce lá precisa se deslocar para Guaiánazes, para São Mateus, para Itaquera e para Ferraz de Vasconcelos, porque a Cidade Tiradentes não tem um cartório de registro de pessoas naturais.

Então apresentei o Projeto de lei nº 72, que autoriza o Poder Executivo a estruturar cartório de serviços notariais e registro no distrito da Cidade Tiradentes, na cidade de São Paulo.

E quero também aproveitar a oportunidade para marcar com o presidente do Tribunal de Justiça, para que possamos